



# COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

CNPJ 06.995.362/0001-46

## Relatório da Administração 2018 - Companhia Paulista de Parcerias - CPP

A Companhia Paulista de Parcerias - CPP, sociedade por ações de capital fechado, controlada pelo Estado de São Paulo, atua desde 2004 como importante instrumento de suporte à viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo, especialmente no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas, ao apoiar o Governo do Estado de São Paulo na prospecção, concepção, estruturação, modelagem, implementação e monitoramento de arranjos negociais, com ênfase na gestão de ativos e nas parcerias com o setor privado, sobretudo quando envolvam a prestação de garantias. Nessa linha de atuação, no exercício de 2018, destacam-se as atividades da Companhia relacionadas ao apoio do Programa de Parcerias Público-Privadas, quer como integrante ativa de todas as etapas de análise, estruturação e licitação dos contratos, quer como garantidora das obrigações assumidas pela Administração Direta ou Indireta; a participação na Comissão de Acompanhamento de Contratos de Parcerias Público-Privadas, reformulada pelo Decreto nº 62.540, de 11 de abril de 2017; e o desenvolvimento de projetos especiais de interesse estratégico do Estado de São Paulo, em especial sua participação na estruturação do Fundo de Investimento Imobiliário (FII), primeiro do gênero do país.

Conforme previsto no Artigo 9º do Decreto nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, regulamentador do Estatuto jurídico das empresas estatais, as informações referentes ao cumprimento de políticas públicas, sustentabilidade financeira e governança corporativa foram incluídas neste Relatório de Administração que acompanha as Demonstrações Financeiras anuais.

### 1. Atendimento às políticas públicas motivadoras de sua criação como estatal:

As atividades desenvolvidas pela CPP estão em conformidade com os compromissos e metas estabelecidas na lei que autorizou sua criação. Destacam-se:

#### (i) Apoio ao Programa de Parcerias Público-Privadas

A atuação da CPP é pautada pelas orientações do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) e, durante o ano de 2018, na condição de colaboradora, apoiadora e viabilizadora do Programa de Parcerias Público-Privadas, integrou os Comitês de Análise Preliminar e os Grupos de Trabalho das PPPs da Linha 08 Diamante e 09 Esmeralda da CPTM, do Lote 02 Centro de São Paulo e Projeto Nova Cidade Albor da Secretaria de Habitação, da Fábrica de Hemoderivados do Instituto Butantã, do Diagnóstico por Imagens da Secretaria da Saúde e, por fim, das Escolas Sustentáveis da Secretaria de Educação.

A CPP também apoia a atuação do Secretário da Fazenda no âmbito do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - CDPED e a participação da Secretaria da Fazenda nos Comitês de Análise Preliminar e nos Grupos de Trabalho constituídos no âmbito do Governo para análise e proposição das modelagens dos processos de concessão e/ou desestatização de ativos. Em 2018, essa atuação, dentre outros, ocorreu nos seguintes projetos: Parques Estaduais de Campos de Jordão, Cantareira e da Fundação Parque Zoológico de São Paulo da Secretaria de Meio Ambiente, do Parque Capivari e da Linha 15 (Monotrilho) da Secretaria do Transporte Metropolitano, do Novo Entrepósito de Abastecimento de São Paulo (CEAGESP) da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, do Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães (Complexo Ginásio do Ibirapuera) da Secretaria de Esporte Lazer e Juventude e, por fim, do Aeroporto de Sorocaba da Secretaria de Logística e Transporte.

#### (i.1) Prestação de garantias

Na condição de garantidora de determinadas obrigações assumidas pelo Estado no âmbito de diferentes contratos de PPPs, acompanha o desempenho e ajusta periodicamente os ativos segregados em relação às garantias solidárias prestadas. Atualmente apresenta os seguintes **Contratos de PPP já assinados e em execução nos quais a Companhia participa como interveniente garantidora:**

**Linha 4 - Amarela do Metrô de SP** - O contrato de concessão patrocinada para a realização de investimentos em sistemas e na aquisição do material rodante e a operação da linha pelo parceiro privado, foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM e a Concessionária Via Quatro S.A. em 29 de novembro de 2006. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia a determinadas obrigações assumidas pelo Estado com penhor de quotas de fundo de investimento.

**Reforma e Capacitação dos Trens da Série 5000/Modernização dos trens da Linha 8 (Diamante) da CPTM** - O contrato de concessão administrativa, com prazo de 20 anos, para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e modernização da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM, e a concessionária CTrens - Companhia de Manutenção em 19 de março de 2010. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia complementar à garantia oferecida pela CPTM, sem segregação de ativos.

**Linha 6 (Laranja) do Metrô** - O Contrato de concessão patrocinada firmado em 18 de dezembro de 2013 entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM, e o Consórcio Move SP, previa a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento de material rodante, operação e conservação da linha que ligará Brasíliaândia a São Joaquim. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia equivalente a 6 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento e previsão de reposição ao Sistema de Arrecadação do Bilhete Único de mais duas contraprestações mensais. Em 12 de dezembro de 2018 foi declarada a caducidade da respectiva parceria público-privada, por meio do Decreto Estadual nº 63.915, com efeitos a partir de 13 de agosto de 2019, permanecendo, até esta data, a concessionária responsável pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas no contrato. A decretação da caducidade deverá permitir à CPP liberar os ativos financeiros vinculados ao projeto.

**FURP: Planta de Produção de Medicamentos Américo Brasileiro** - O contrato de concessão administrativa para desenvolvimento e produção de medicamentos genéricos na unidade fabril de Américo Brasileiro, com fornecimento de medicamentos à Secretaria Estadual da Saúde foi firmado entre a Fundação para o Remédio Popular "Chopin Tavares de Lima" (FURP) e a empresa CPM - Concessionária Paulista de Medicamentos S/A em 22 de agosto de 2013. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia de 6 contraprestações mensais, calculadas de acordo com o volume de medicamentos fornecido, com penhor de quotas de fundo de investimento e, adicionalmente, a 3 contraprestações mensais, sem segregação de ativos.

**Habitação** - O contrato de concessão administrativa para implantação de Habitações de Interesse Social (HIS) e de Habitações de Mercado Popular (HMP) na região central da cidade de São Paulo - Lote 1 compreende: a construção de 3.683 unidades HIS e de 2.260 unidades de HMP, prestação dos serviços de apoio à gestão condominial, de apoio à gestão da carteira de mutuários, dos serviços de manutenção predial, dos trabalhos técnicos sociais de pré e pós-ocupação além da implantação de equipamentos comuns e melhorias urbanísticas. O contrato foi firmado pela Secretaria de Habitação com a empresa PPP Habitacional SP Lote 1 S.A. em 25 de março de 2015. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia de 6 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento.

**SIM da Baixada Santista** - O contrato de concessão patrocinada para expansão, operação, fornecimento de sistemas, veículos e manutenção do Sistema Integrado Metropolitano (SIM) de transporte público intermunicipal por ônibus e VLT da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) foi assinado pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM em 23 de junho de 2015 com a empresa BR Mobilidade Baixada Santista S.A. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia de 6 meses para alguns componentes da contraprestação, com penhor de quotas de fundo de investimento.

**Complexos Hospitalares:** Contratos de concessão administrativa para a construção, operação de serviços "Bata Cinza" e manutenção dos Complexos Hospitalares - Hospital Estadual de Sorocaba (Lote 1) e Hospitais de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher - HCRSM, em São Paulo (Lote 2), pelo prazo de 20 anos, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde e a Inova Saúde São Paulo SPE S.A. Conforme previsto no contrato de concessão, para os Hospitais que já superaram a etapa preliminar e se encontram em pleno desenvolvimento (Sorocaba e São José dos Campos), a CPP presta garantia de 5 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento.

Balço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais R\$)			
Ativo	Notas Explicativas	31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>		<b>756.978</b>	<b>568.969</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>722.499</b>	<b>553.350</b>
Bancos	4	1	83
Aplicações Financeiras	4	722.498	553.267
<b>Direitos Realizáveis</b>		<b>34.479</b>	<b>15.619</b>
Créditos a Receber		67	-
Adiantamento a Funcionários		-	22
Impostos e Contribuições a Recuperar	5	33.286	15.597
Impostos e Contribuições Diferidos	12	976	-
Despesas Antecipadas		150	-
<b>Não Circulante</b>		<b>1.116.073</b>	<b>1.203.574</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>1.115.951</b>	<b>1.021.383</b>
Fundo de Investimento em Garantia	6	1.114.252	1.021.383
Impostos e Contribuições Diferidos	12	1.699	-
<b>Investimentos</b>		<b>7</b>	<b>182.189</b>
<b>Imobilizado</b>		<b>-</b>	<b>2</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.873.051</b>	<b>1.772.543</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### (i.2) Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Parcerias Público-Privadas

Durante o período, a Companhia participou e apoiou a Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Parcerias Público-Privadas - CAC-PPP à qual compete o acompanhamento dos contratos de Parcerias Público-Privadas - PPP, celebrados pelo Governo do Estado de São Paulo, por empresas por ele controladas ou por entidades da Administração indireta, regidos pela Lei federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e pela Lei estadual nº 11.688, de 19 de maio de 2004, com vistas à identificação de eventos ordinários e extraordinários havidos no curso da execução contratual que possam gerar impactos fiscais, provisionamentos e passivos contingentes. Em 28 de dezembro de 2018 a Companhia celebrou convênio com a Secretaria da Fazenda para a adoção de medidas conjuntas para o apoio técnico e material à Comissão.

### (i.3) Projetos especiais

Dentre as operações financeiras cuja implantação foi analisada pelo Estado de São Paulo em 2018, por meio da Secretaria da Fazenda, e que contaram com participação da CPP, destaca-se a do Fundo de Investimento Imobiliário (FII), primeiro do gênero no país. A CPP apoiou o Estado de São Paulo na gestão de seu patrimônio imobiliário através da estruturação de um veículo financeiro como alternativa para melhorar a eficiência e otimizar o resultado da alienação dos imóveis detidos e não utilizados pela Administração.

Em 2018, a CPP, mediante solicitação das Secretarias da Fazenda e de Governo, realizou a contratação de serviços especializados de estruturação, constituição, administração, custódia e operação do FII, e coordenou a elaboração do regulamento do fundo, para registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

### (ii) Sustentabilidade financeira

Os recursos financeiros para execução de seus objetivos institucionais, atualmente superiores a R\$ 1,8 bilhão, decorrem da gestão de sua carteira de ativos livres e acompanhamento do comportamento dos ativos financeiros segregados, os quais respondem pela garantia solidária prestada a determinadas obrigações assumidas pelo Estado.

Os recursos financeiros existentes são suficientes para o custeio das suas atividades operacionais, para a preservação da sua capacidade de prestação de garantias, para remunerar seus acionistas, conforme pode ser demonstrado no quadro abaixo relacionado:

### Movimentação Financeira Durante o Exercício de 2018 (1º de Janeiro de 2018 até 31 de Dezembro de 2018)

Descrição do Ativo	Saldo Inicial	Aplicações	Garantias	Custeio e Acionista	Rendimentos, Líquidos de IR	Saldo Final
<b>Recursos: Projetos de PPP e Custeio: Fundos de Aplicação Financeira</b>						
BB CPP Projetos	289.207	203.419	(22.447)	(8.482)	15.169	476.866
BB REF DI TP FI LP	118.859	-	-	(31.464)	5.219	92.614
BB Tesouro SP II FI	97.453	-	-	-	5.182	102.635
BB RF LP FIC FI	47.748	-	-	-	2.635	50.383
<b>Total de Recursos</b>	<b>553.267</b>	<b>203.419</b>	<b>(22.447)</b>	<b>(39.946)</b>	<b>28.205</b>	<b>722.498</b>
<b>Ações (JCP, Dividendos e Venda)</b>						
CESP	182.069	(202.872)	-	-	20.803	-
Outras Participações	120	2	-	-	-	122
<b>Total de Participações Acionárias</b>	<b>182.189</b>	<b>(202.870)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.803</b>	<b>122</b>
<b>Recursos: Garantias de PPP:</b>						
Fundo BB FI RF:						
<b>Contrato Linha 4</b>	<b>558.175</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>45.319</b>	<b>603.494</b>
Fundo BB CPP Projetos:						
<b>Contrato FURP</b>	60.473	-	-	-	3.214	63.687
<b>Contrato Linha 6</b>	322.335	-	-	-	17.127	339.462
<b>Contrato Habitação</b>	2.457	-	23.160	-	644	26.261
<b>Contrato Hospital S. José dos Campos</b>	27.252	-	-	-	1.448	28.700
<b>Contrato Hospital Sorocaba</b>	33.306	-	-	-	1.769	35.075
<b>Contrato RMBS</b>	17.385	-	(713)	-	901	17.573
	<b>463.208</b>	<b>-</b>	<b>22.447</b>	<b>-</b>	<b>25.103</b>	<b>510.758</b>
<b>Total de Recursos Vinculados</b>	<b>1.021.383</b>	<b>-</b>	<b>22.447</b>	<b>-</b>	<b>70.422</b>	<b>1.114.252</b>
<b>Total Geral de Recursos Existentes</b>	<b>1.756.839</b>	<b>549</b>	<b>-</b>	<b>(39.946)</b>	<b>119.430</b>	<b>1.836.872</b>

### Notas

- Participações acionárias na CESP, CPSEC e Desenvolve SP renderam R\$ 528 durante o exercício de 2018.
- Destaca-se o recebimento de R\$ 202.872, pela venda das ações CESP, recebidos em dezembro de 2018.
- Pagamento de R\$ 31.464 ao acionista controlador em abril de 2018.

Como se depreende das informações prestadas no quadro, a administração financeira da CPP pauta-se pela otimização da utilização dos ativos inicialmente recebidos do Estado e pela preservação de um equilíbrio entre liquidez e rentabilidade dos mesmos, compatível com o perfil e o horizonte dos projetos que deverão comportar sua participação, sendo que seus riscos podem ser considerados reduzidos (vide explicações na Nota Explicativa às Demonstrações financeiras nº 14 - Gerenciamento de Riscos).

Destacam-se os fundos exclusivos constituídos em garantia às obrigações firmadas nos contratos de PPP, assim como disponibilidades aplicadas junto ao Banco do Brasil S.A., os quais compõem um portfólio de ativos de boa qualidade e que estão aptos a serem utilizados para prestação de garantias de obrigações eventualmente assumidas pela Administração Pública junto a parceiros privados.

Em relação às disponibilidades financeiras é importante registrar que todos os custos administrativos e tributários da empresa devem ser pagos com os rendimentos dessas aplicações, já que os rendimentos dos fundos segregados integram as respectivas garantias. Por outro lado, a CPP já assinou como interveniente garantidora contratos de PPP que ainda não tiveram superada sua etapa preliminar e, portanto, ainda não demandaram a formalização das garantias. Há, também, contratos em execução em que já existe a previsão de elevação do valor das garantias de acordo com marcos pré-determinados. E há ainda projetos de PPP em estudos que eventualmente poderão demandar constituição de garantias por parte da CPP. Todas essas destinações presentes e potenciais devem, portanto, ser respaldadas pelos ativos financeiros contabilmente classificados como disponíveis, o que é condizente com os objetivos e natureza das operações da CPP, em especial a prestação de garantias.

### (iii) Governança Corporativa

A CPP tem envidado esforços para se adequar às exigências da nova legislação relativa ao Estatuto Jurídico das empresas estatais, estabelecidas na Lei federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, tendo como meta o pleno cumprimento da regulamentação inicial, implementada no âmbito estadual pelo Decreto nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016. Consideradas sua estrutura enxuta, o corpo reduzido de empregados, assim como a complexidade de suas operações, elementos previstos no próprio decreto paulista que instituiu o programa de integridade, a CPP considera que todas as ações já concluídas, quais sejam: (i) adequação do estatuto; (ii) implantação de manuais de rotinas de procedimentos, regulamentos internos e código de conduta; e aquelas que estão ainda em andamento devam ser conduzidas respeitando-se o princípio da economicidade em todas as suas soluções, não havendo superposição aos procedimentos já adotados na prestação de informações à sociedade e ao acionista controlador, veiculadas regularmente nos sítios governamentais.

A Administração					
Balço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais R\$)					
Passivo e Patrimônio Líquido	Notas Explicativas	31/12/2018	31/12/2017		
<b>Circulante</b>		<b>119.993</b>	<b>97.810</b>		
Contas a Pagar		1.812	68		
Obrigações Tributárias	9	796	882		
Obrigações Sociais e Trabalhistas		382	268		
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	8	117.003	96.592		
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>1.753.058</b>	<b>1.674.733</b>		
Capital Social	10	1.349.073	1.283.945		
Reserva Legal	10	76.297	70.684		
Reserva de Lucros	10	327.688	338.035		
Ajustes de Avaliação Patrimonial	7	-	(17.931)		
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>1.873.051</b>	<b>1.772.543</b>		

continua

Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais R\$)			
	Notas Explicativas	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>			
<b>Administrativas</b>			
Honorários de Administradores e Salários	13	(10.774)	(11.458)
Publicidade Legal		(2.633)	(2.658)
Serviços de Terceiros		(124)	(101)
Despesas Gerais e Administrativas		(2.089)	(496)
Outras Despesas Indedutíveis		(29)	(61)
Patrocínios e Doações		-	(415)
Despesas Tributárias		-	(585)
Depreciação		(5.897)	(7.140)
Depreciação		(2)	(2)
<b>Financeiras</b>	11	<b>120.253</b>	<b>158.699</b>
Receitas Financeiras		123.929	152.028
Despesas Financeiras		(7.079)	(1)
Participações, Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio		3.403	6.672
<b>Outras Receitas Operacionais</b>		<b>115</b>	<b>140</b>
<b>Resultado antes dos Tributos sobre o Resultado</b>		<b>109.594</b>	<b>147.381</b>
<b>Apuração de Tributos</b>		<b>2.675</b>	<b>(14.902)</b>
Imposto de Renda	12	1.967	(10.838)
Contribuição Social sobre o Lucro	12	708	(4.064)
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>		<b>112.269</b>	<b>132.479</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido por Lote de Mil Ações (Apresentado em Reais)</b>		<b>87</b>	<b>103</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais R\$)		
	2018	2017
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>112.269</b>	<b>132.479</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial: Ações CESP	17.931	(4.000)
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>130.200</b>	<b>128.479</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Referentes em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais R\$)							
	Notas Explicativas	Capital Integralizado	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
			Reserva Legal	Reserva de Lucros			
<b>Saldos em 01 de Janeiro de 2017</b>		1.218.395	64.060	308.772	-	(13.931)	1.577.296
Integralização de Capital	8	65.550	-	-	-	-	65.550
Juros sobre o Capital Próprio	8	-	-	-	(96.592)	-	(96.592)
Constituição de Reserva		-	6.624	-	(6.624)	-	-
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	132.479	-	132.479
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Valor de Mercado Ações)	7	-	-	-	-	(4.000)	(4.000)
Transferência para Reserva de Lucros		-	-	29.263	(29.263)	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2017</b>	10	<b>1.283.945</b>	<b>70.684</b>	<b>338.035</b>	<b>-</b>	<b>(17.931)</b>	<b>1.674.733</b>
<b>Saldos em 01 de Janeiro de 2018</b>		<b>1.283.945</b>	<b>70.684</b>	<b>338.035</b>	<b>-</b>	<b>(17.931)</b>	<b>1.674.733</b>
Integralização de Capital	8	65.128	-	-	-	-	65.128
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	112.269	-	112.269
Constituição de Reserva	10	-	5.613	-	(5.613)	-	-
Destinações (na Forma de Juros sobre Capital Próprio):							
Dividendos Obrigatórios	10	-	-	-	(26.664)	-	(26.664)
Juros sobre Capital Próprio	10	-	-	(10.347)	(79.992)	-	(90.339)
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	7	-	-	-	-	17.931	17.931
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2018</b>	10	<b>1.349.073</b>	<b>76.297</b>	<b>327.688</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.753.058</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

**1. Contexto Operacional:** A Companhia Paulista de Parcerias - CPP, constituída em 04 de agosto de 2004, é uma sociedade por ações, de capital fechado, regida pela Lei Federal nº 6.404/76 (alterada pela Lei Federal nº 11.638/2007), pela Lei Federal 13.303/16 e Lei Estadual nº 11.688/04. A CPP foi criada como importante instrumento de suporte à viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo, especialmente no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas. Para consecução de seus objetivos, a Lei facultou à CPP, no seu Artigo 15, um amplo conjunto de possibilidades operacionais, que incluem a contratação de serviços especializados de avaliação e modelagem, a participação em operações financeiras (contraindo empréstimos, emitindo títulos, eventualmente participando do capital de outras empresas), a facilitação de projetos (especialmente por meio da prestação de garantias), bem como diferentes possibilidades de disponibilização de bens à Administração.

**2. Base para a Preparação das Demonstrações Contábeis:** a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das S.As. nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, assim como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 17 de abril de 2019, após revistas, discutidas e aprovadas pela diretoria da CPP. b) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais (R\$), exceto quando especificado, sendo esta a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima. c) **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos que podem divergir dessas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais premissas utilizadas pela Administração no desenvolvimento de estimativas estão relacionadas à determinação do valor justo de determinados ativos e passivos financeiros em sua mensuração inicial pelo qual foram marcadas a valor de mercado. d) **Demonstração do Resultado Abrangente:** Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC.

**3. Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações contábeis são: a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício. b) **Instrumentos Financeiros:** A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a adotar as normas do CPC 48, inexistindo quaisquer efeitos significativos quando da adoção desta norma frente à norma anterior, qual seja, o CPC 38. Em face dessa adoção foram eliminadas as categorias existentes preconizadas pela norma anterior: (i) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) ativos financeiros disponíveis para venda), passando a serem observadas três novas classificações: (i) ativos (ou passivos) financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, "VJR"; (ii) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, "VJORA" e; (iii) custo amortizado, apresentadas comparativamente no quadro a seguir:

Descrição	Classificação CPC 38		Classificação CPC 48		31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros:						
Caixa e Equivalentes de Caixa	Empréstimos e Recebíveis, VJR	VJR	722.499	553.350		
Adiantamento a funcionários	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	-	22		
Créditos a receber	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	67	-		
Fundos de Investimentos vinculados	Mantidos até o vencimento	VJR	1.114.252	1.021.383		
	Custo Amortizado, Custo Amortizado,					
Participações societárias	Disponível para venda	VJORA	122	182.189		
			<b>1.836.940</b>	<b>1.756.944</b>		
Passivos financeiros:						
Contas a Pagar	Custo Amortizado	Custo Amortizado	1.812	68		
Juros sobre Capital Próprio	Custo Amortizado	Custo Amortizado	117.003	96.592		
			<b>118.815</b>	<b>96.660</b>		

A classificação dos instrumentos financeiros acima demonstrada foi feita com base (i) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e (ii) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Nesse sentido, a Companhia gerencia seus ativos financeiros de forma a preservar ou ampliar a sua capacidade de prestação de garantias e apoiar, respeitados os limites legais e normativos para sua atuação, projetos de interesse do Estado de São Paulo. Isto pode significar a opção quer pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou sua venda em mercado. c) **Redução ao valor recuperável ("impairment"):** **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que estimativamente projeta-se um evento de perda, provocando um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, conforme preconizado nas regras estabelecidas no CPC 48. A Companhia dispõe de elementos os quais configuram não haver indicio de perda para seus ativos. **Ativos não financeiros:** O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia é revisado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. d) **Imobilizado:** **Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição que inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos, como segue: Móveis e utensílios 10 anos Softwares e Equipamentos de informática 5 anos e) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. f) **Apuração do Resultado:** As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na Apuração de Resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. g) **Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos:** A somatória dos tributos

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais R\$)			
	31/12/2018	31/12/2017	
<b>Atividades Operacionais</b>			
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	112.269	132.479	
Ajustes por:			
Depreciação	2	2	
Receitas Financeiras de Longo Prazo (Líquidas, Investimentos em Garantia)	(82.326)	(106.403)	
Baixa de Investimento CESP	200.000	-	
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado</b>	<b>229.945</b>	<b>26.078</b>	
(Aumento) Redução em Créditos a Receber	(67)	6.276	
(Aumento) Redução em Adiantamento a Funcionários	22	(16)	
(Aumento) Redução em Impostos e Contribuições a Recuperar	(17.689)	(9.140)	
(Aumento) Redução em Impostos e Contribuições a Diferidos	(2.675)	-	
(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas	(150)	-	
(Aumento) Redução em Investimento em Garantia	(10.545)	63.435	
Aumento (Redução) em Contas a Pagar	1.744	(23)	
Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias	(86)	(246)	
Aumento (Redução) em Obrigações Trabalhistas	114	18	
	<b>(29.332)</b>	<b>60.304</b>	
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>200.613</b>	<b>86.382</b>	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos</b>			
Pagamento de Juros sobre Capital Próprio	(31.464)	(11.209)	
<b>Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>(31.464)</b>	<b>(11.209)</b>	
<b>Aumento (Diminuição) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>169.149</b>	<b>75.173</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	553.350	478.177	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	722.499	553.350	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Referentes em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais R\$)							
	Notas Explicativas	Capital Integralizado	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
			Reserva Legal	Reserva de Lucros			
<b>Saldos em 01 de Janeiro de 2017</b>		1.218.395	64.060	308.772	-	(13.931)	1.577.296
Integralização de Capital	8	65.550	-	-	-	-	65.550
Juros sobre o Capital Próprio	8	-	-	-	(96.592)	-	(96.592)
Constituição de Reserva		-	6.624	-	(6.624)	-	-
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	132.479	-	132.479
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Valor de Mercado Ações)	7	-	-	-	-	(4.000)	(4.000)
Transferência para Reserva de Lucros		-	-	29.263	(29.263)	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2017</b>	10	<b>1.283.945</b>	<b>70.684</b>	<b>338.035</b>	<b>-</b>	<b>(17.931)</b>	<b>1.674.733</b>
<b>Saldos em 01 de Janeiro de 2018</b>		<b>1.283.945</b>	<b>70.684</b>	<b>338.035</b>	<b>-</b>	<b>(17.931)</b>	<b>1.674.733</b>
Integralização de Capital	8	65.128	-	-	-	-	65.128
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	112.269	-	112.269
Constituição de Reserva	10	-	5.613	-	(5.613)	-	-
Destinações (na Forma de Juros sobre Capital Próprio):							
Dividendos Obrigatórios	10	-	-	-	(26.664)	-	(26.664)
Juros sobre Capital Próprio	10	-	-	(10.347)	(79.992)	-	(90.339)
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	7	-	-	-	-	17.931	17.931
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2018</b>	10	<b>1.349.073</b>	<b>76.297</b>	<b>327.688</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.753.058</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

correntes e diferidos representa a despesa (ou receita) com imposto de renda e contribuição social. Correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social se baseia no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes, assim o tributo corrente é aquele a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, a taxas de tributos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis, e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação a períodos anteriores. Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são, substancialmente, reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada anualmente ao final de cada exercício em função da probabilidade de que lucros futuros tributáveis tenham plenas condições de permitir a referida recuperação. h) **Distribuição de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio:** Os dividendos devidos aos acionistas são reconhecidos como uma redução no Patrimônio Líquido assim como os juros sobre capital próprio, os quais, para efeito de elaboração e publicação da demonstração do resultado, foram objeto de ajuste mediante reclassificação para o Patrimônio Líquido. As informações do exercício de 2017 foram reclassificadas para fins de comparabilidade.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa:**

**Composição:**

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bancos	1	83
Aplicações Financeiras (*)	722.498	553.267
<b>Total</b>	<b>722.499</b>	<b>553.350</b>

(\*) Relação das aplicações financeiras em fundos de investimento em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
BB RF LP FIC FI	50.383	47.748
CPP Projetos	476.866	289.207
BB REF DI TP FI LP	92.614	118.859
BB TESOURO SP II FI	102.635	97.453
	<b>722.498</b>	<b>553.267</b>

(\*) Composição das aplicações financeiras, por tipo/fundo

As cotas dos fundos de investimento estão custodiadas no Banco do Brasil e são avaliadas com base no valor da cota informado pelo Administrador com rentabilidade média equivalente a aproximadamente 99% do CDI.

**5. Impostos e Contribuições a Compensar:** Os créditos de impostos e contribuições a compensar estão assim distribuídos em 31 de dezembro de 2018:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
PIS e COFINS a Recuperar	3	3
Estimativas de IRPJ não compensadas de exercícios anteriores	12.799	110
Estimativas de CSLL não compensadas de exercícios anteriores	39	37
Estimativas de IRPJ não compensadas do exercício corrente	17.622	13.968
Estimativas de CSLL não compensadas do exercício corrente	2.823	1.479
<b>Total</b>	<b>33.286</b>	<b>15.597</b>

**5.1 Créditos de IRPJ, ano-calendário de 2006:** O processo administrativo nº 10880-994.680/2011-72, junto à Receita Federal do Brasil (RFB), cuja demanda decorre de não homologação de créditos tributários de IRPJ pertencentes ao ano-calendário de 2006, no valor original de R\$ 13.908 (base dezembro 06), apresentou decisão proferida pelo CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) em 16/08/2018 declarando a validação de todos os créditos tributários questionados. Em 21/09/2018, mediante oposição de Embargos de Declaração pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), houve questionamento relacionado às fases processuais em que ocorreram as produções da prova. O CARF, por sua vez, em decisão proferida em 17/01/2019, examinando a admissibilidade dos embargos declaratórios opostos pela PGFN, os rejeitou em caráter definitivo "por revelar-se manifestamente improcedente a alegação de omissão". A Companhia, já anteriormente a estes fatos, por meio de seus assessores jurídicos, entende que a prova produzida no processo foi suficientemente adequada para afastar quaisquer dúvidas acerca da certeza e existência do crédito. Tal entendimento é corroborado expressamente pela RFB e pelo próprio CARF. Evidencia-se, desta forma, que as chances de perdas, em relação à certeza e existência do respectivo crédito, são remotas. **6. Garantias Prestadas:** Em conformidade às disposições estatutárias, as quais mencionam que a companhia poderá prestar garantias reais e fidejussórias, segue demonstração das garantias constituídas e aquelas ainda por constituir: **6.1 Fundos de Investimento em Garantia - Garantias já Constituídas:** Existem em 31 de dezembro de 2018 dois fundos de investimento vinculados a garantias dadas pela CPP para operações do Estado de São Paulo, os quais apresentam a seguinte movimentação:

**Movimentação das aplicações financeiras dadas em garantia aos contratos de PPP firmados pelo Estado de São Paulo (R\$ Mil)**

Recursos vinculados a garantias de contratos de PPP	Refe-rência	Saldo		Garantias de empenhadas (liberadas)	Saldo final em
		inicial em 01/01/2018	Rendimento aplicações		
Fundo CPP Linha 4:					
<b>PPP Linha 4</b>	<b>6.1.1</b>	<b>558.175</b>	<b>52.760</b>	<b>- (7.441)</b>	<b>603.494</b>
Fundo CPP Projetos:					
<b>PPP da FURP</b>	<b>6.1.2</b>	60.473	3.783	- (568)	63.688
<b>PPP Linha 6</b>	<b>6.1.3</b>	322.335	20.161	- (3.034)	339.462
<b>PPP Habitação Lote 1</b>	<b>6.1.4</b>	2.457	774	23.160	26.261
<b>Contrato Hospital São José dos Campos</b>	<b>6.1.5</b>	27.252	1.705	- (257)	28.700
<b>Contrato Hospital Sorocaba</b>	<b>6.1.6</b>	33.306	2.083	- (314)	35.075
<b>PPP da RMBS - ônibus + VLT</b>	<b>6.1.7</b>	17.385	1.060	(713)	17.573
		<b>463.208</b>	<b>29.566</b>	<b>22.447 (4.462)</b>	<b>510.759</b>
<b>Total de recursos vinculados</b>		<b>1.021.383</b>	<b>82.326</b>	<b>22.447 (11.903)</b>	<b>1.114.253</b>

O primeiro é o Fundo de Investimentos CPP - Linha 4 - Renda Fixa - cujas quotas são de titularidade única e exclusiva da CPP - e foi constituído pela CPP para atender as obrigações previstas no contrato de concessão patrocin

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

respectivas datas em que possam ser exigidas. O segundo fundo existente, denominado Fundo de Investimento CPP Projetos, foi constituído em janeiro de 2013 com o objetivo de concentrar em um único fundo os recursos financeiros a serem vinculados, geralmente sob a forma de penhor de cotas, a diferentes projetos de PPP ou a outras operações do Estado de São Paulo. O valor total do fundo, contabilizado na rubrica dos investimentos dados em garantia, corresponde a R\$ 510.758 na data de 31 de dezembro de 2018 (R\$ 463.208 em 31 de dezembro de 2017), tendo sido realizadas formalmente desde então as seguintes segregações: **(6.1.2)** Para garantir o equivalente a 6 (seis) parcelas da Contraprestação mensal, previstas no Contrato de Concessão Administrativa assinado em 22 de agosto de 2013 entre a Concessionária Paulista de Medicamentos S.A. (CPM) e a FURP, com interveniência do Estado de São Paulo e, na qualidade de Interviente Garantidora, da CPP, por meio do qual foi formalizado o Contrato de Penhor e Outras Avenças, assinado em 03 de fevereiro de 2014, entre a FURP, a CPP, a CPM e com a interveniência do Banco do Brasil S.A., estima-se que o valor do fundo, com sua movimentação apresentada no item **6.1.2** do quadro acima, deverá ser suficiente para cobrir as eventuais necessidades de desembolso nas respectivas datas em que possam ser exigidas. **(6.1.3)** A segunda garantia constituída com base no referido fundo foi o penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos - apresentadas atualizadas no item **6.1.3** do quadro acima, contendo sua movimentação no exercício - a fim de garantir o pagamento mensal da contraprestação básica à concessionária responsável pela prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da **Linha 6** - Laranja do Metrô de São Paulo. Todavia, em 12 de dezembro de 2018 foi declarada a caducidade da respectiva parceria público-privada com a Concessionária Move São Paulo S.A. por meio do Decreto 63.915, tendo como consequência direta à CPP o início do processo de desvinculação dos montantes empenhados em garantia ao respectivo contrato de concessão, que se dará quando houver a devida formalização. **(6.1.4)** A terceira garantia constituída com base no Fundo CPP Projetos foi formalizada em setembro de 2015 e refere-se à chamada PPP da **Habitação**, apresentada atualizada no item **6.1.4** do quadro acima, contendo sua movimentação no exercício. A formalização das garantias constituídas na forma de penhor de cotas de fundo de investimento ocorreu em função das obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo, através da Secretaria de Habitação, estabelecidas no contrato de Concessão Administrativa para a implantação de habitações de interesse social e habitações de mercado popular na região central da cidade de São Paulo, conforme Contrato de Concessão assinado em 23 de março de 2015. **(6.1.5 e 6.1.6)** A quarta garantia (**Complexos Hospitalares**) - decorrente dos Contratos de Concessão Administrativa para a construção, operação de serviços "Bata Cinza" e Manutenção dos Complexos Hospitalares - Hospital Estadual de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher - HCRSM, em São Paulo e Hospital Estadual de Sorocaba, pelo prazo de 20 anos, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde e, respectivamente, a Inova Saúde São Paulo SPE S.A. e a Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. - foi constituída com base no Fundo CPP Projetos em janeiro de 2016, para fazer frente ao valor correspondente a 5 (cinco) parcelas mensais da Contraprestação mensal (vigorando até a liquidação da última parcela da Contraprestação devida pelo Estado) por cada contrato de concessão, identificada no quadro acima nos itens **6.1.5 e 6.1.6**, julgadas suficientes para cobrir as eventuais necessidades de desembolso nas datas em que possam ser exigidas. **(6.1.7)** A quinta garantia - vinculada à PPP do Sistema Integrado Metropolitano - **SIM - da Baixada Santista**, que decorreu do contrato concessão patrocinada assinado em 23 de junho de 2015 entre Poder Concedente e BR Mobilidade Baixada Santista S.A. - SPE - foi constituída inicialmente em junho de 2016 para fazer frente ao valor correspondente a 6 (seis) parcelas mensais da Contraprestação mensal, vigorando até a liquidação da última parcela da Contraprestação devida pelo Estado, apresentando seus saldos e movimentações no item **6.1.7** do quadro acima. **6.2 Fundos de Investimento em Garantia - Garantias a Constituir:** Os contratos de concessão informados a seguir apresentam a obrigatoriedade de constituição de garantias pela CPP. Estas serão constituídas através do penhor de cotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo, denominado "BB CPP Projetos", da qual a CPP é cotista exclusiva. Esta obrigatoriedade decorre da Companhia Paulista de Parcerias - CPP figurar como parte nestes contratos, assumindo responsabilidades como Interviente Garantidora, na qualidade de fiadora solidária para o cumprimento da obrigação imputável ao Poder Concedente, que é o Estado de São Paulo. Os referidos contratos apresentam os seguintes detalhes pertinentes dentro da atuação da CPP: **Linha 18** - Bronze: Em 22 de agosto de 2014 foi assinado o Contrato de Concessão Patrocinada de Prestação dos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros da Linha 18 - Bronze da Rede Metroviária de São Paulo. O contrato foi celebrado entre o Estado de São Paulo e a Empresa Concessionária do Monotrilho da Linha 18-Bronze S.A. A responsabilidade atribuída à CPP refere-se à constituição de garantia equivalente ao pagamento do valor correspondente a 6 (seis) Contraprestações Pecuniárias mensais, vigorando até a liquidação final da última parcela da Contraprestação devida pelo Estado. **Complexos Hospitalares:** Relaciona-se ao Contrato de Concessão Administrativa para a construção, operação de serviços "Bata Cinza" e Manutenção dos Complexos Hospitalares - Hospital Estadual de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher - HCRSM, em São Paulo (lote 2), pelo prazo de 20 anos, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde e a Inova Saúde São Paulo SPE S.A., sendo aplicável apenas à garantia do Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher - HCRSM, posto que a garantia relacionada ao Hospital Estadual de São José dos Campos já foi constituída. **6.3 Garantias Constituídas sob Outras Modalidades: CTRENS:** Em 19 de março de 2010 a CPTM assinou o Contrato de Concessão Administrativa nº 876408301100 para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e modernização da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM, com a CTRENS Companhia de Manutenção. A CPP assumiu a condição de fiadora da CPTM em relação à obrigação de pagamento da contraprestação pecuniária, em conformidade com o Contrato de Cessão de Direitos de Créditos sob Condição Suspensiva e Outras Avenças (anexo XXIV do Contrato de Concessão). Em decorrência do contrato, a CPP comprometeu-se a complementar a garantia oferecida pela CPTM, sem vinculação específica de seus ativos, no montante de até R\$ 58 milhões. Assim, para assegurar a restituição dos valores eventualmente desembolsados pela CPP, por conta do inadimplemento da CPTM, foi assinado o Contrato de Contra garantia, entre a CPP e a CPTM, em 19 de outubro de 2010. **Demais Garantias corporativas, constituídas em caráter suplementar àquelas descritas no item 6.1 supra:** A companhia se compromete a manter ativos líquidos, exigíveis na hipótese do Poder Concedente persistir inadimplente nos contratos de PPP firmados, e não recompor as garantias reais, representadas pelos fundos de investimento constituídos para esta finalidade, descritos no item 6.1 supra. A responsabilidade da companhia, em termos quantitativos, varia conforme proporção assumida nos respectivos contratos de concessão firmados, estando assim distribuídas entre seus signatários: **FURP:** Até 3 (três) contraprestações básicas mensais. **Linha 6:** Até 2 (duas) contraprestações básicas mensais (mitigada pelo Decreto de caducidade, citado no item **6.1.3** acima. **Linha 18:** Até 2 (duas) contraprestações básicas mensais.

**7. Investimentos - Participação Societária:** Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía as seguintes participações:

Descrição	Quantidade de ações	Tipo de ações	31/12/2018	31/12/2017
CESP	-	Preferenciais	-	182.069
Desenvolve SP	20.000	Ordinárias	20	20
CPSEC	1.000	Ordinárias	102	100
<b>Total de Investimentos</b>			<b>122</b>	<b>182.189</b>

**Venda das Ações CESP:** A CPP, como as demais entidades da Administração Indireta detentoras de participações acionárias na Companhia Energética de São Paulo - CESP, aderiu ao procedimento de venda de todo o bloco de controle acionário conduzido pelo Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda. Em sessão pública realizada na B3 em 19/10/2018, a Comissão de Licitação procedeu a abertura dos envelopes de credenciamento e proposta de preço dos licitantes que apresentaram a documentação exigida nos termos do Edital SF 001/2018, tendo sido credenciado o Consórcio São Paulo Energia, cuja proposta de preço foi apresentada no valor de R\$ 14,60 (quatorze reais e sessenta centavos) por ação ofertada no âmbito do Processo. O processo de venda foi objeto de Homologação e Adjucação na data de 01/11/2018, tendo ocorrido a liquidação financeira das 13.793.103 ações de titularidade da CPP, ao preço de R\$ 14,71 por ação, conforme as regras do edital, em conformidade à publicação de Fato Relevante no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 12/12/2018, no valor total de R\$ 202.872.013,38, nas datas de 11/12/2018 e 14/12/2018.

**8. Juros Sobre Capital Próprio:** O saldo de juros sobre o capital próprio a pagar em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 117.003, resultante da movimentação ocorrida, como segue:

Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2017	96.592
Provisões constituídas no exercício	117.003
Aproveitamento como aumento de capital (AGOE de 24/04/2018)	(65.128)
Pagamentos efetuados no período	(31.464)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>117.003</b>

**9. Tributos e Contribuições Sociais:**

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
IRRF sobre folha de pagamento	88	78
PIS a recolher	99	62
COFINS a recolher	608	359
IRRF sobre PJ a recolher e outras retenções	1	1
Programa Especial de Regulamentação Tributária - PERT 2017	-	382
<b>Total</b>	<b>796</b>	<b>882</b>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		CONTADOR	
Mario Engler Pinto Junior	Patricia Ellen da Silva	Tomás Bruginski de Paula - Diretor Presidente		Renato Vieira Pita	
Milton Luiz de Melo Santos	Tomás Bruginski de Paula	Diego Jacome Valois Tafur - Diretor de Assuntos Corporativos		CRC 1SP215876/O-8/SP	
Nelson Luiz Baeta Neves Filho					

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Parcerias - CPP, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e as alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Demonstração do Resultado Abrangente, complementados por Notas Explicativas e Proposta de Destinação do Lucro Líquido, conforme deliberado pelo Conselho de Administração, em 28 de março de 2019, bem como o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos daquele exercício. Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, no Relatório dos Auditores Independentes Moreira - Auditores, datado de

A contribuição ao PIS é calculada à alíquota de 0,65% e a contribuição à COFINS, à alíquota de 4%, conforme estabelece o Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015, aplicadas sobre uma base de cálculo constituída sobre as receitas financeiras auferidas mensalmente. Entretanto, quando incorrerem outros fatos geradores, aplicam-se sobre estes, respectivamente, alíquotas de 1,65% e 7,6%, segundo a legislação vigente. A Companhia decidiu aderir ao PERT em 31/10/2017 objetivando o aproveitamento das suas condições de pagamento, incluindo substancialmente débitos compensados de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores, em decorrência de glosas efetivadas pela Receita Federal do Brasil, em processos que correm em sede administrativa. A formalização da inclusão dos débitos tributário no PERT ocorreu em 31 de outubro de 2017 por meio do pagamento de R\$ 34, proporcionando redução do montante total discutido de R\$ 677 (valor em 31/10/2017) para R\$ 415. Sua liquidação financeira completa ocorreu em janeiro de 2018, sendo que é aguardada sua consolidação pela RFB.

**10. Patrimônio Líquido: a) Capital Social, participação acionária e Capital Autorizado:** Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.349.073.426,49, em moeda corrente nacional, equivalente a 1.283.945.080 ações ordinárias nominativas, sendo o Estado de São Paulo detentor de 1.283.945.063 ações ordinárias nominativas, e a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COESP, com 17 ações ordinárias nominativas. O capital autorizado é de R\$ 2.263.840.482,00, conforme previsão estatutária. **b) Reserva Legal:** Representada pela aplicação de 5% sobre o lucro líquido apurado no encerramento do exercício, antes de qualquer outra destinação, conforme preceitua o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **c) Reserva de Lucros:** São reservas constituídas pela apropriação dos lucros da Companhia na forma prevista pelo § 4º do Artigo 182 da Lei nº 6.404/76 para atender às finalidades e deliberações da Companhia. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de março de 2018 foi objeto de apontamento pela diretoria a avaliação de alternativas de aquisição de ativos de interesse do Estado ou investimento em projetos estratégicos, dos quais se destaca o investimento no Fundo de Investimento Imobiliário do Estado de São Paulo, sem, no entanto, prejudicar o custeio operacional da CPP e os compromissos com prestação de garantias em contratos de PPP já assinados ou em fase de licitação, sendo deliberada, em razão disso, a manutenção da reserva de lucros existente, até ulterior deliberação. **d) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:** A política de distribuição de dividendos da Companhia Paulista de Parcerias - CPP tem se caracterizado pela distribuição de dividendos para seus acionistas à razão de 25% do lucro societário, apurado em consonância à legislação societária regente. Nesse contexto, dada a política tributária da Companhia de aproveitamento fiscal dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), apurado em conformidade às regras tributárias federais, historicamente a Companhia tem se utilizado da faculdade de imputar os JCPs aos dividendos mínimos obrigatórios pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte, em conformidade à Deliberação CVM nº 683/2012, sempre mantendo à disposição dos acionistas o saldo restante, como uma obrigação presente, o qual se liquida normalmente por meio de capitalização, dentro do exercício social seguinte. Neste exercício foram propostas pela diretoria as seguintes destinações do lucro auferido em 2018, com parte dos JCPs imputados aos referidos dividendos, registrados em observância à norma ICPC-08.

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	112.269	132.479
Reserva legal (5%)	(5.613)	(6.624)
Lucro líquido ajustado	106.656	125.855
<b>Destinações na forma de Juros sobre Capital Próprio</b>	<b>Propostas Ocorridas</b>	
Dividendos mínimos (25%)	(26.664)	(31.464)
Juros sobre capital próprio	<b>(90.339)</b>	<b>(65.128)</b>
<b>Total de Juros sobre Capital Próprio imputados</b>	<b>(117.003)</b>	<b>(96.592)</b>

O saldo remanescente à disposição dos acionistas de R\$ 90.339 poderá ser liquidado, caso assim seja deliberado no segundo semestre de 2019, por meio de pagamento de R\$ 17.432 e, do restante, por meio de capitalização de R\$ 72.907. Registre-se que durante o exercício de 2018, os lucros gerados em 2017 proporcionaram dividendos equivalentes a R\$ 31.464, os quais foram pagos na forma de Juros sobre Capital Próprio em 30 de abril de 2018. Outra destinação deste mesmo resultado se deu na forma de capitalização, integrando-o ao capital social da Companhia em 24 de abril de 2018, conforme aprovação em Assembleia Geral (AGOE). O saldo restante de R\$ 29.263 foi mantido à disposição do acionista em Reserva de Lucros.

**11. Resultado Financeiro:** O Resultado Financeiro da Companhia é composto principalmente por operações de instrumentos financeiros e receita de aplicações financeiras, compostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendimentos de aplicações financeiras	123.929	151.799
Juros sobre capital próprio, dividendos recebidos e participações	3.403	6.672
Outras receitas financeiras	-	229
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>127.332</b>	<b>158.700</b>
Perdas em aplicações financeiras	(7.078)	-
Outras despesas financeiras	(1)	(1)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(7.079)</b>	<b>(1)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>120.253</b>	<b>158.699</b>

**12. Imposto de Renda e Contribuição Social:** A seguir, demonstrativo do cálculo do IRPJ e CSLL de janeiro a dezembro de 2018, tanto Diferidos como Correntes:

Demonstração fatos geradores - IRPJ e CSLL e apuração	31/12/2018			31/12/2017		
	Resul-tados diferido	IRPJ	CSLL	Resul-tados corrente	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	109.594	-	-	147.381	-	-
Despesa com Juros sobre Capital Próprio	(117.003)	-	-	(96.592)	-	-
Resultado antes do IRPJ e CSLL ajustado	(7.409)	-	-	50.789	-	-
Ajustes de natureza fiscal ao resultado contábil:						
Diferenças temporárias dedutíveis	1.623	406	146	-	-	-
Adições definitivas indedutíveis	181	-	-	1.146	-	-
(+) Subtotal (Adições ao Lucro)	1.804	-	-	1.146	-	-
Exclusões não tributáveis	(640)	-	-	(6.779)	-	-
(-) Subtotal (Exclusões ao Lucro)	(640)	-	-	(6.779)	-	-
Base de cálculo - resultado fiscal	(6.245)	1.561	562	45.156	(11.265)	(4.064)
Subtotais apuração tributária	-	1.967	708	-	(11.265)	(4.064)
(-) Deduções do imposto de renda devido	-	-	-	-	427	-
<b>Totais de apuração tributária</b>	<b>-</b>	<b>1.967</b>	<b>708</b>	<b>-</b>	<b>(10.838)</b>	<b>(4.064)</b>

O prejuízo fiscal assim como a base de cálculo negativa de CSLL representam ativos fiscais cuja geração foi provocada, fundamentalmente, pela combinação da redução da rentabilidade das aplicações financeiras em função da queda da taxa SELIC ao longo de 2018 e pela manutenção da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) - índice aplicado na apuração dos Juros sobre Capital Próprio - em patamar próximo ao da SELIC, também em 2018. Em relação aos tributos diferidos (ativos), em especial quanto ao prejuízo fiscal, a Companhia espera realizá-lo nos próximos 5 anos com base em projeções de lucros tributáveis, contabilizando-se a distribuição entre curto e longo prazo da seguinte forma:

Tributo	Expectativa de realização dos tributos diferidos (ativos)		
	Curto prazo	Longo prazo	Total
IRPJ	718	1.249	1.967
CSLL	258	450	708
<b>Total</b>	<b>976</b>	<b>1.699</b>	<b>2.675</b>

**13. Honorários de Administradores e Salários:** Do montante de R\$ 2.633 (R\$ 2.658 em 31 de dezembro de 2017), correspondentes aos honorários de administradores e salários, as remunerações do pessoal-chave da administração da companhia em 31 de dezembro de 2018 corresponderam aos seguintes valores:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Honorários de diretoria	628	742
Bônus pagos ou creditados à diretoria	-	-
Honorários de conselho de administração	289	241
Encargos sociais proporcionais	234	256
<b>Total</b>	<b>1.151</b>	<b>1.239</b>

Os créditos e/ou pagamentos efetuados seguiram as orientações do Parecer CODEC nº 057/2003 combinado com outras legislações pertinentes, as quais foram consolidadas por meio da Deliberação CODEC nº 001/2018, de 30/03/2018; restando respeitadas disposições legais societárias, em especial a do artigo 152, § 2º da Lei nº 6.404/76.

**14. Gerenciamento de Riscos:** A companhia é uma entidade não financeira cuja renda se caracteriza quase na sua totalidade de rendimentos financeiros auferidos por juros e dividendos, não gerando, portanto, resultados a partir de atividades que possam ser classificadas como tipicamente operacionais. Parcela relevante dos ativos financeiros totais da companhia (60%) já está vinculada a garantias para pagamentos de obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo (Poder Concedente), decorrentes de contratos de parcerias público-privadas firmados com a iniciativa privada. O desenvolvimento de suas atividades e, principalmente, sua capacidade de honrar as garantias prestadas depende, portanto, da performance dos seus ativos financeiros. **Riscos de crédito e de mercado:** Os rendimentos financeiros constituídos de juros são creditados unicamente pelo Banco do Brasil S.A., instituição financeira de primeira linha. São decorrentes de ativos que possuem um perfil conservador, basicamente lastreados em títulos públicos federais, no caso dos fundos de investimento financeiro, podendo, entretanto, ocorrer flutuações nas receitas em função das maturidades e rendimentos diferentes e da marcação a mercado dos ativos financeiros; mas o perfil das aplicações da CPP é conservador.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		CONTADOR	
Mario Engler Pinto Junior	Patricia Ellen da Silva	Tomás Bruginski de Paula - Diretor Presidente		Renato Vieira Pita	
Milton Luiz de Melo Santos	Tomás Bruginski de Paula	Diego Jacome Valois Tafur - Diretor de Assuntos Corporativos		CRC 1SP215876/O-8/SP	
Nelson Luiz Baeta Neves Filho					

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

17 de abril de 2019, este Colegiado é de Parecer que o mencionado Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações Contábeis estão em condições de ser submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas. É o Parecer.

São Paulo, 22 de abril de 2019

Marco Antônio Silva de Oliveira	Erika Carla Plikusas Nascimento
Conselheiro Fiscal	Conselheira Fiscal
Laura Maria Lunardi	Gustavo Carvalho Tapia Lira
Conselheira Fiscal	Conselheiro Fiscal

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da **Companhia Paulista de Parcerias - CPP** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Paulista de Parcerias - CPP**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Paulista de Parcerias - CPP** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **Companhia Paulista de Parcerias - CPP**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da **Companhia Paulista de Parcerias - CPP** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Companhia Paulista de Parcerias - CPP** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Companhia Paulista de Parcerias - CPP** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Companhia Paulista de Parcerias - CPP** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades**

**do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Companhia Paulista de Parcerias - CPP**. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Companhia Paulista de Parcerias - CPP**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Companhia Paulista de Parcerias - CPP** a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2019

**Moreira Auditores S/S - CRC 2 RS 3717 S SP****Jorge Luiz M. Cereja** - Contador - CRC 1 RS 43679 S SP - CNAI n° 539

Sócio - Responsável Técnico

**COMPANHIA PAULISTA  
DE PARCERIAS - CPP****SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO